

# Evolução do multilateralismo climático e as soluções proporcionadas pela agropecuária: posicionamento da ABAG para a COP31

TURQUIA , AUSTRÁLIA
COP31

abag | ieag AGROICONE INSTITUTO EQUILÍBRIO

## Introdução

Em um formato inédito, a 31ª Conferência das Partes (COP31) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) será copresidida por Turquia e Austrália, dois países separados por quilômetros de distância. A Austrália comandará as negociações, enquanto a Turquia sediará o evento na cidade litorânea de Antália. Esse arranjo, fruto da disputa anterior pela sede, colocará à prova a capacidade do multilateralismo se reinventar e fomentar a cooperação liderada pelos dois países para impulsionar a implementação de ações alinhadas aos objetivos do Acordo de Paris.

Em meio a um cenário geopolítico conturbado, a intensificação dos impactos climáticos tem exposto a vulnerabilidade de setores vitais para a economia, como a agricultura, exigindo repostas mais robustas. As negociações climáticas precisam avançar de uma fase normativa para a entrega de resultados concretos de mitigação e adaptação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A conferência sucede a COP30, realizada em Belém, em 2025, cuja prioridade foi acelerar a implementação climática e colocar em prática as metas do Acordo de Paris. Nesse esforço, destacou-se também a reformulação da Agenda Global de Ação Climática, construída a partir dos resultados do primeiro Global Stocktake e que uniu diferentes atores em torno de um objetivo comum.

A implementação efetiva dessas metas depende do engajamento de governos nacionais e subnacionais, setor privado, instituições financeiras, organismos internacionais e sociedade civil, para além do espaço formal de negociação. Essa participação multissetorial ganhou força em Belém, com a criação de espaços temáticos, como a Agrizone, que serviu como vitrine de tecnologias, ciência e cooperação internacional voltadas à agricultura sustentável e à segurança alimentar.

O conceito de “multilateralismo em dois níveis”, introduzido na COP30, reforça esse propósito: acelerar a execução das metas climáticas em paralelo às negociações da UNFCCC. Nessa lógica, os roadmaps para o afastamento dos combustíveis fósseis e para a reversão do desmatamento e da degradação florestal, coordenados pela presidência da COP30, ganham relevância por permitirem avanços em temas que dificilmente obteriam consenso pela via tradicional.

Ainda assim, a implementação depende de recursos financeiros compatíveis com a magnitude dos desafios. Reverter o desmatamento, por exemplo, exige compreender suas diferentes causas, criar mecanismos de valoração da floresta em pé e reconhecer o papel do manejo sustentável. Esse esforço demanda ampla mobilização e condições habilitadoras em nível internacional, incluindo cooperação mais efetiva e uma arquitetura financeira à altura do desafio.

Para que projetos de mitigação e de adaptação saiam do papel, é preciso ampliar o volume e a qualidade dos recursos disponíveis, agilizar o acesso a eles e consolidar a diversificação da base de financiamento como pilar central da agenda financeira, incluindo fontes alternativas, como capital catalítico e precificação de carbono.

Nesse contexto, o setor agropecuário ocupa uma posição estratégica: ao mesmo tempo em que atua como vetor de soluções climáticas, é também um dos mais afetados pelos impactos ambientais, que comprometem diretamente a produtividade e a estabilidade das cadeias produtivas. As boas práticas agrícolas geram benefícios ambientais e socioeconômicos que precisam ser devidamente reconhecidos.

Com o encerramento do Grupo de Sharm el-Sheikh, torna-se ainda mais urgente garantir espaço para a agricultura e a segurança alimentar na Convenção, especialmente diante de sua contribuição para a mitigação, o armazenamento de carbono no solo, o aumento da capacidade adaptativa e o fortalecimento da resiliência dos sistemas produtivos.

Para a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), fortalecer a implementação das ações climáticas é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e a agricultura deve ser reconhecida como uma das soluções para os desafios climáticos. Adicionalmente, a agricultura tropical brasileira propicia a produção de biocombustíveis sustentáveis, fundamentais para permitir reduzir emissões no setor de transporte e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

Como representante dos diferentes elos da cadeia de valor, do campo à indústria, à distribuição e aos serviços, a Abag apresenta suas contribuições sobre os temas prioritários da COP31, reafirmando o compromisso do setor com a sustentabilidade ambiental.

## 1. Grupo de Sharm el-Sheikh sobre ações climáticas de agricultura e segurança alimentar

Há mais de uma década, o setor ocupa posição central nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas, especialmente a partir da criação do Programa de Trabalho de Koronivia sobre Agricultura. A instituição de mandatos específicos para o setor permitiu aprofundar essa agenda no âmbito da UNFCCC e reconhecer o setor como parte das soluções climáticas, dada sua capacidade de sequestrar carbono e promover o uso sustentável dos recursos naturais.

Além de fomentar a troca de experiências sobre como enfrentar os impactos climáticos na produção agrícola, essa abordagem evidencia a diversidade de sistemas produtivos existentes, cada um adaptado às particularidades nacionais, em vez de promover um modelo único de agricultura sustentável.

Dando continuidade aos esforços do Grupo de Koronivia, o Programa de Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh sobre a Implementação de Ações Climáticas em Agricultura e Segurança Alimentar (SJWA) representou um avanço relevante ao incorporar a segurança alimentar como pilar central da discussão entre agricultura e clima.

Com isso, o grupo passou a adotar uma abordagem integrada que concilia mitigação, adaptação e co-benefícios, em vez de se restringir à redução de emissões. Ao longo de seus quatro anos de duração, o SJWA atuou em três frentes: workshops temáticos; relatórios sobre lacunas e avanços em financiamento e cooperação; e o Portal online de Sharm el-Sheikh[1], plataforma criada para facilitar a troca de informações e conectar iniciativas a oportunidades de colaboração.

[1]UNFCCC. Sharm el-Sheikh online portal.
Disponível em: unfccc.int/topics/land-use/workstreams/agriculture/sharm-el-sheikh-online-portal

Próximo do encerramento do mandato, a COP31 será decisiva para o futuro da agenda de agricultura e segurança alimentar na UNFCCC. Em Antália, os países deverão avaliar os resultados alcançados até aqui e definir os próximos passos. Diante dos avanços limitados durante a 64ª sessão dos órgãos subsidiários, em Bonn, temas centrais, como a definição de um novo arranjo institucional, foram adiados para novembro.

Ainda assim, Bonn sediou o segundo workshop do SJWA, dedicado às necessidades e aos principais obstáculos no acesso a financiamento, capacitação e tecnologias – denominados "meios de implementação" no jargão climático.

Partes e observadores apontaram desafios já conhecidos, como a baixa participação da agricultura nos fluxos de financiamento climático (cerca de 4%), as dificuldades de acesso aos recursos existentes, as limitações de dados e capacidade técnica e a inadequação de determinados instrumentos às realidades nacionais e locais.

O segundo relatório do Secretariado sobre financiamento e cooperação reforça esse diagnóstico: em 2025, dos US$ 202,2 milhões aprovados para projetos de adaptação, apenas US$ 56,8 milhões, distribuídos em sete projetos, tiveram a agricultura e a segurança alimentar como foco central.

Consolidar a agricultura como vetor de adaptação e mitigação exige ampliar o acesso a financiamento, fortalecer capacidades locais e promover a transferência de tecnologias. Países, observadores e organizações internacionais convergem quanto à importância desses fatores para viabilizar sistemas produtivos mais sustentáveis e resilientes.

Nesse cenário, o Portal online de Sharm el-Sheikh pode desempenhar papel estratégico ao centralizar projetos e políticas de agricultura e segurança alimentar. Além de fomentar o intercâmbio de conhecimentos, a plataforma tem potencial para conectar iniciativas existentes a potenciais fontes de financiamento. A possibilidade de contribuições do setor privado e da sociedade civil amplia seu alcance e favorece a participação de diferentes atores.

O Brasil conta com um robusto arcabouço de políticas públicas voltadas à gestão da terra, como o Plano ABC+, o Programa Caminho Verde Brasil e o Plano Clima Mitigação e Adaptação para o Setor Agropecuário. Para a Abag, o Portal online de Sharm el-Sheikh representa uma oportunidade de dar mais visibilidade a estratégias nacionais bem-sucedidas, reforçando o protagonismo do país na agricultura de baixo carbono.

Usada estrategicamente, a plataforma pode fomentar parcerias internacionais e atrair novos recursos, consolidando-se como vitrine global de soluções climáticas em agricultura e segurança alimentar. Para atingir esse potencial, é fundamental fortalecê-la como ferramenta de colaboração, incentivando o envio de contribuições e o engajamento contínuo de governos, empresas, instituições financeiras e entidades de pesquisa.

Em Antália, as negociações devem avançar em aspectos procedimentais, incluindo a apreciação dos relatórios desenvolvidos pelo Secretariado, o debate sobre o acesso a meios de implementação e a definição de arranjos institucionais que garantam continuidade à agenda de agricultura e segurança alimentar na UNFCCC.

Os avanços já conquistados confirmam a coexistência de múltiplos sistemas produtivos e reforçam que não existe solução única para lidar com os impactos da mudança do clima sobre a agricultura. Apesar da diversidade de abordagens, há convergência em torno de objetivos comuns, como conservação do solo, captura de carbono e preservação dos recursos naturais.

Garantir espaço para o setor na Convenção é essencial para fortalecer a agropecuária como agente de transformação na agenda de adaptação e mitigação climática. Espera-se que a COP31 inaugure uma nova etapa nas negociações, deslocando o foco do campo normativo para a implementação efetiva e o escalonamento de ações climáticas em agricultura e segurança alimentar.

Um novo mandato deve priorizar a aplicação prática dos conhecimentos já compartilhados, a mobilização de recursos financeiros e o fortalecimento da cooperação entre governos, setor privado, instituições financeiras e organismos internacionais.

O momento é estratégico: a pauta de agricultura e segurança alimentar figura como prioridade nas presidências da COP30 (Brasil), da COP31 (Turquia/Austrália) e da COP32 (Etiópia). Avançar nas discussões em Antália sobre um novo mandato para o grupo que discute agricultura é central, tendo os desafios para ampliar financiamento, diversificar as fontes de recursos e os instrumentos financeiros como foco. Ao menos, é preciso prever que o grupo de Sharm el-Sheikh, mesmo sem mandato renovado, continue discutindo o papel de financiamento para que o tema evolua para um mandato a ser aprovado na COP32, que conte com bases mais sólidas, capazes de estimular a participação do setor como vetor de soluções climáticas.

A experiência brasileira oferece lições relevantes sobre agricultura de baixo carbono, com a adoção de boas práticas como pilar da adaptação produtiva e da conservação de recursos naturais. O setor ocupa posição singular na agenda climática: contribui de forma significativa para a mitigação das emissões de GEE e, ao mesmo tempo, está entre as atividades mais vulneráveis aos efeitos do clima, o que ameaça diretamente a segurança alimentar e a estabilidade econômica.

Às vésperas da COP31, que marcará o término do mandato do SJWA, a ABAG reforça seu apoio à manutenção de um foro dedicado à agricultura e à segurança alimentar no âmbito da Convenção e apresenta as seguintes recomendações à delegação brasileira:

- Apreciar os relatórios publicados durante a vigência do Grupo de Sharm el-Sheikh, identificando recomendações que possam orientar a implementação de ações climáticas no setor.
- Consolidar o Portal online de Sharm el-Sheikh como instrumento de colaboração, fomentando o compartilhamento de soluções e a conexão entre projetos, investidores e provedores de tecnologias;
- Incentivar as Partes a submeterem suas políticas de agricultura e segurança alimentar ao Portal online de Sharm el-Sheikh, ampliando a representatividade de experiências nacionais;
- Ampliar o engajamento de outros atores nas discussões sobre agricultura e segurança alimentar, incluindo setor privado, sociedade civil, instituições financeiras e organizações internacionais;
- Estabelecer um novo mandato para agricultura e segurança alimentar, garantindo a continuidade dos trabalhos após a COP31;
- Fortalecer o financiamento como pilar central do novo mandato, reconhecendo que a implementação e o escalonamento de ações climáticas dependem de recursos acessíveis, previsíveis, adicionais e adequados às realidades nacionais e locais.

## 2. Financiamento climático

Ampliar o financiamento climático, oriundo de múltiplas fontes, é um desafio central para viabilizar a implementação de ações de mitigação e adaptação. Sem recursos financeiros compatíveis com a dimensão dos desafios climáticos, qualquer trajetória rumo a uma economia de baixas emissões estará comprometida.

A COP29 elevou o patamar de ambição com a Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG), estruturada em dois níveis: US$ 300 bilhões anuais até 2035, sob liderança dos países desenvolvidos; e US$ 1,3 trilhão anuais até 2035, envolvendo todos os países e atores. Apesar de representar um marco importante, persistem dúvidas quanto à previsibilidade, à velocidade de mobilização e ao acesso efetivo a esses recursos.

O Roadmap Baku-Belém, plano de ação para viabilizar a meta de US$ 1,3 trilhão, acolhido pelas Partes na COP30, evidencia a dimensão desse desafio. Além de ampliar o volume disponível, será necessário superar barreiras estruturais e criar condições para que o financiamento chegue a quem realmente precisa.

Converter os compromissos assumidos em ações climáticas efetivas exigirá recursos de múltiplas origens, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento, setor privado, instituições financeiras, mecanismos oficiais da UNFCCC, como o Fundo Verde para o Clima e o Fundo de Adaptação, filantropia, doações de países desenvolvidos, entre outras fontes.

A agenda climática é, antes de tudo, uma agenda financeira. Sem o acesso aos recursos necessários, as metas climáticas dificilmente serão alcançadas. Nesse cenário, diversificar fontes e modelos de financiamento deve ser tratado como eixo central do desenvolvimento sustentável.

A implementação do Acordo de Paris depende da mobilização de recursos públicos, privados, bilaterais e multilaterais. Sob essa ótica, atores externos à agenda de negociações cumprem papel complementar essencial para catalisar recursos e criar condições favoráveis ao financiamento climático.

Nesse contexto, espera-se que o Programa de Trabalho de Financiamento Climático, instituído na COP30, avance na identificação e superação de gargalos críticos. Com duração inicial de dois anos, deve priorizar a redução de barreiras e a ampliação do acesso a recursos, em vez de se concentrar apenas em doações governamentais.

Na sessão interseccional em Bonn, o tema não integrou a agenda oficial, sendo tratado de forma abrangente em um workshop. Apesar de visões distintas sobre a criação de um novo programa de trabalho, especialmente em razão da sensibilidade da agenda de financiamento nas negociações climáticas, a presidência da COP30 solicitou ao Secretariado que o tema fosse incluído nas agendas provisórias da CMA.8 (COP31) e da CMA.9 (COP32).[2]

Independentemente do formato que venha assumir, o programa de trabalho deve contribuir para a implementação da NCQG, tendo o Roadmap Baku-Belém como referência. Suas atividades devem priorizar a ampliação do acesso a fundos climáticos multilaterais e a adoção de instrumentos capazes de reduzir riscos de investimento, como garantias e taxas de juros abaixo das praticadas pelo mercado para projetos climáticos.

[2] UNFCCC. Letter from COP30 president regarding the two-year work programme on climate finance. Disponível em: https://unfccc.int/documents/659178

O financiamento é uma condição intrínseca para gerar resultados de mitigação, adaptação e co-benefícios na agricultura. Ainda assim, permanece desproporcional às necessidades globais. Estimativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apontam um déficit anual superior a US$ 1 trilhão para tornar o setor mais resiliente, o equivalente a cerca de doze vezes o montante atual.[3]

Práticas agrícolas sustentáveis, como manejo de carbono no solo, biochar, pecuária sustentável e diversificação de cultivos, têm potencial de mitigação de até 4,1 GtCO2e por ano, mas enfrentam um subfinanciamento drástico. Dos US$ 38,6 bilhões destinados para cultivos e pecuária entre 2021 e 2022, 66,6% foi direcionado a infraestruturas de energia renovável no campo, como painéis fotovoltaicos.

Apenas cerca de 1% (US$ 0,4 bilhão) foi direcionado a soluções climáticas no solo, apesar de seu potencial para reduzir emissões, promover a retenção de carbono, fortalecer a resiliência climática e conservar a biodiversidade.

Os impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura são cada vez mais evidentes. Períodos prolongados de seca e eventos de chuvas intensas contribuem para a degradação do solo e podem provocar perdas de produtividade, quebras de safra e aumento no preço dos alimentos.

Paralelamente, a participação da adaptação no financiamento climático caiu de 26% para 14% entre 2019/20 e 2021/22.

As medidas de adaptação seguem dependentes de recursos públicos, que respondem por 85% do financiamento total, majoritariamente via instrumentos concessionais. É urgente adotar estratégias que estimulem a participação de outros atores do sistema financeiro, reduzindo a percepção de risco. Mecanismos de financiamento misto, cobertura de primeiras perdas, capital catalítico e garantias de crédito devem ser considerados prioritários, associando instrumentos de gestão de riscos a práticas de manejo capazes de ampliar a resiliência.

Os desafios climáticos enfrentados pela agricultura exigem investimentos de longo prazo, escala e capital adequado para reduzir emissões, adaptar sistemas produtivos e garantir segurança alimentar – esforço que ultrapassa a capacidade dos governos e depende do engajamento multistakeholder.

Nesse sentido, o programa de trabalho deve aproximar o regime da UNFCCC do sistema financeiro global, criando condições para que os recursos disponíveis sejam direcionados com efetividade. Na agricultura, essa alocação deve considerar evidências científicas e métricas que comprovem resultados obtidos por meio de tecnologias sustentáveis e climaticamente benéficas.

[3] Food and Agriculture Organization. Climate-related development finance to agrifood systems – Global and regional trends. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/items/ef4f5d7e-83ea-4e0e-a2d6-40d4154268fc

Para a Abag, a discussão sobre financiamento no âmbito da Convenção deve ir além das doações de países desenvolvidos, concentrando esforços na ampliação das fontes de recursos e na redução dos gargalos de acesso. Diante disso, consideramos essencial avançar nas seguintes frentes:

- Simplificar o acesso a financiamento junto a bancos multilaterais de desenvolvimento;
- Desenvolver instrumentos financeiros adequados às necessidades de projetos de mitigação e adaptação, considerando diferentes níveis de retorno;
- Fortalecer mecanismos de redução e compartilhamento de riscos;
- Superar restrições associadas ao endividamento e ao espaço fiscal limitado dos países em desenvolvimento;
- Definir orientações sobre condições de financiamento, incluindo diferenciais em taxas de juros, prazos de pagamento, períodos de carência e volume de recursos elegíveis;
- Criar condições para ampliar o financiamento de projetos geradores de créditos de carbono, conforme as regras do Artigo 6 do Acordo de Paris;
- Desenvolver um portal online de financiamento climático na UNFCCC, reunindo informações sobre fontes e oportunidades de financiamento climático e plataformas nacionais e facilitando a conexão entre investidores e projetos.

## 3. Global Stocktake

O Global Stocktake (GST) é uma avaliação periódica, realizada a cada cinco anos, para monitorar, avaliar e revisar o progresso coletivo na implementação do Acordo de Paris. Seu objetivo é ajudar os países a mensurar sua situação atual, definir metas e identificar lacunas na ação climática.

A avaliação abrange mitigação, adaptação, financiamento climático e transferência de tecnologia dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Mais do que um balanço global, o GST busca orientar as Partes na atualização de suas NDCs, incentivando o aumento contínuo das metas climáticas.

Na COP28, o primeiro GST (GST1) reconheceu que os compromissos vigentes são insuficientes para conter o aumento da temperatura em 1,5 °C. Em relatório recente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) confirmou esse diagnóstico, atestando que a meta de temperatura do Acordo de Paris não será alcançada no curto prazo, o que exige uma nova estratégia de ação.

A decisão de Dubai trouxe recomendações relevantes, destacando a urgência de acelerar a transição para longe dos combustíveis fósseis, triplicar a capacidade de energia renovável e interromper o desmatamento e a degradação florestal. Ainda assim, a implementação efetiva enfrenta desafios substanciais, sobretudo barreiras institucionais e limitação dos meios de implementação.

Três anos depois, chega o momento de um novo balanço global para avaliar o avanço da ação climática. O segundo ciclo do GST (GST2) terá início na COP31 e se estenderá até a COP33, em 2028. Na etapa final, os países debaterão as evidências técnicas e suas implicações políticas, identificando as principais oportunidades para intensificar a ação climática.

Na última reunião dos órgãos subsidiários, as Partes compartilharam experiências sobre a implementação do GST e acompanharam os preparativos para o segundo ciclo. Divergências quanto ao escopo da avaliação e à inclusão de relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) devem permear as discussões.

O início da fase de implementação da governança climática exige maior cooperação internacional e o envolvimento de diferentes atores, com vistas a resultados mais efetivos por meio das COPs. Espera-se que o GST2 se adapte ao contexto atual, reconhecendo que a implementação depende de esforço conjunto e conectando o processo de negociação à agenda de ação.

Sob esse novo modelo, o GST deve adotar abordagem multidimensional, integrando mitigação, adaptação, acompanhamento contínuo e meios de implementação, tendo a diversificação das fontes de recursos como premissa central. O financiamento segue como o principal gargalo para a adoção de ações climáticas, comprometendo a transição para uma economia mais sustentável.

Além da escassez de recursos, países em desenvolvimento enfrentam desafios adicionais, como elevado custo de capital, endividamento, dificuldade de acesso aos fundos climáticos e baixa previsibilidade dos fluxos financeiros.

Setores mais expostos à crise climática, como a agricultura, sentem os impactos diretamente na atividade produtiva, o que demanda respostas ancoradas na adoção de tecnologias e práticas capazes de minimizar os prejuízos. Manter os níveis de produtividade diante de eventos extremos depende de financiamento adequado, sob pena de comprometer a segurança alimentar global.

Os investimentos na agropecuária de baixo carbono devem incorporar métricas capazes de mensurar resultados de mitigação, adaptação e serviços ambientais, permitindo avançar na escala e na velocidade necessárias para mitigar as perdas causadas pelas mudanças climáticas.

Complementares ao processo formal do GST, os roadmaps elaborados pela presidência da COP30 para o afastamento dos combustíveis fósseis e para a reversão do desmatamento e da degradação florestal assumem papel central nesse contexto. Embora externos à UNFCCC, incidem diretamente sobre as negociações, por partirem de metas já acordadas entre as Partes.

Conhecidos como “mapas dos caminhos”, esses roteiros buscam converter dois dos principais compromissos do primeiro balanço global em ações práticas de implementação. Ao adotar um modelo mais flexível, a estratégia brasileira permite avançar em debates que dificilmente encontrariam consenso nas negociações formais.

Embora representem compromissos globais, os roadmaps devem considerar as especificidades nacionais, apoiando os países no fortalecimento de capacidades institucionais, na mobilização de recursos e no acesso à cooperação técnica.

Para o Brasil, qualquer compromisso de conter o desmatamento deve salientar a importância de remunerar a conservação da vegetação nativa e o desmatamento evitado. O objetivo é conciliar desenvolvimento econômico e conservação dos ecossistemas florestais, tendo a valorização da floresta em pé como estratégia central.

Na agenda de transição energética, os biocombustíveis são ferramenta estratégica para a descarbonização. Além de reduzirem as emissões de GEE, eles promovem sustentabilidade nos sistemas produtivos, contribuindo para melhorar a cobertura vegetal, manter e aumentar os estoques de carbono no solo, recuperar áreas degradadas e evitar novos desmatamentos.

A diversificação da matriz energética tornou-se central para a segurança econômica e a competitividade, em resposta a tensões geopolíticas e ao crescimento da demanda global. Reduzir a dependência de combustíveis fósseis exige uma visão abrangente de todas as fontes disponíveis.

No curto e médio prazo, e especialmente em momentos instáveis, os biocombustíveis atuam como instrumentos efetivos de estabilidade econômica e segurança de abastecimento, ao concentrar a produção em cadeias locais ou regionais.

Nesse contexto, o Brasil ocupa posição de vantagem ao integrar diversas soluções em uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, unindo descarbonização, acesso à energia e desenvolvimento econômico.

Consolidar os biocombustíveis internacionalmente, tendo como referência o Belém 4x, iniciativa que busca quadruplicar o uso de combustíveis sustentáveis até 2035, exige fortalecer as diretrizes de sustentabilidade. Isso passa por aprimorar as avaliações de ciclo de vida das diferentes rotas produtivas e definir critérios que assegurem baixo risco de mudanças indiretas no uso da terra.

Garantir alinhamento e coerência entre os roadmaps será crucial para direcionar esforços de forma mais efetiva, já que os dois objetivos estão interligados. Os biocombustíveis podem complementar outras fontes renováveis, contribuindo simultaneamente para os dois compromissos assumidos no GST1.

Aliada ao potencial de mitigação e segurança energética, a ABAG destaca que a implementação em larga escala requer políticas públicas robustas, incentivos econômicos, capacitação técnica e estruturas de monitoramento aprimoradas capazes de quantificar o sequestro de carbono e as reduções das emissões de GEE.

## 4. Mudanças climáticas e comércio internacional

A interface entre comércio e clima oscila entre tensão e complementariedade. De um lado, restrições comerciais impostas para atender a padrões ambientais, como a exigência de produtos livres de desmatamento, podem gerar custos, ampliar assimetrias e restringir o acesso a mercados. De outro, requisitos ambientais também podem estimular a adoção de tecnologias e práticas sustentáveis.

Essa ambiguidade fica evidente na crescente adoção de medidas unilaterais com objetivos ambientais, cuja legitimidade é frequentemente questionada por seus efeitos transfronteiriços e por desconsiderarem políticas nacionais em curso.

Apesar dessa interação, comércio e clima costumam ser tratados de forma isolada nos fóruns internacionais, o que impede uma avaliação mais precisa tanto da real contribuição ambiental dessas medidas quanto de seus impactos socioeconômicos sobre os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Além de conduzir suas próprias transições, ampliando investimentos em tecnologias e soluções de baixo carbono, esses países enfrentam novas exigências e políticas regulatórias que podem elevar custos de exportação e criar barreiras comerciais.

A COP30 ampliou a interação entre essas duas agendas. Pela primeira vez, uma decisão da UNFCCC fez referência às medidas comerciais unilaterais, destacando a necessidade de evitar políticas que resultem em tratamento arbitrário ou injustificável. Como desdobramento, foram criados diálogos sobre clima e comércio, com encontros previstos entre 2026 e 2028, culminando em uma reunião ministerial de alto nível e um relatório final.

O primeiro desses diálogos, realizado em Bonn, expôs divergências já conhecidas entre as Partes. Países em desenvolvimento manifestaram preocupação com medidas como o Regulamento Antidesmatamento da União Europeia (EUDR) e o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), enquanto países desenvolvidos defenderam esses instrumentos como essenciais para alcançar metas climáticas e mitigar o risco de vazamento de carbono.

As discussões também colocaram em pauta temas centrais para maior convergência entre as duas agendas: fortalecer a transparência, a capacitação e o apoio financeiro para adequação às novas exigências e desenvolver mecanismos de equivalência capazes de reconhecer estratégias climáticas nacionais.

Fortalecer a interação entre comércio e clima, conciliando objetivos comuns, é positivo por promover o debate entre diferentes atores sobre a legitimidade e os impactos das medidas unilaterais. Avançar rumo a abordagens equivalentes e interoperáveis é fundamental para reduzir a fragmentação regulatória e facilitar a integração às cadeias globais de valor.

A imposição de regras unilaterais para produtos agrícolas restringe o acesso a mercados, enfraquece a segurança alimentar global e ignora estratégias nacionais legítimas de redução de emissões. Regulamentos como a EUDR partem da premissa equivocada de que existe uma única solução para conter o desmatamento, o que contraria as especificidades de cada país.

O Código Florestal brasileiro já impõe aos produtores rurais obrigações de conservação da vegetação nativa por meio de instrumentos como Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. O Brasil conta com um sistema robusto de gestão ambiental, que inclui mecanismos de sensoriamento e monitoramento e órgãos de fiscalização para monitorar e combater o desmatamento.

Nesse contexto, ganha relevância o reconhecimento de medidas implementadas em países terceiros que sejam comparáveis em eficácia ambiental. A evolução dessa agenda na UNFCCC deve caminhar rumo à equivalência entre diferentes estratégias, cada uma adaptada às particularidades nacionais, o que, além de reduzir barreiras comerciais, contribui de forma eficaz para o enfrentamento da crise climática.

No âmbito da Agenda de Ação, o Fórum Integrado de Mudanças Climáticas e Comércio (IFCCT), liderado pelo Brasil e pela Austrália, pode complementar esses esforços ao oferecer um espaço de alto nível para explorar soluções práticas que conciliem política comercial, ação climática e prioridades nacionais de desenvolvimento.

A Abag defende um comércio internacional aberto, previsível e baseado em regras, capaz de favorecer o crescimento econômico e a transição para sistemas produtivos mais sustentáveis e resilientes. Medidas comerciais devem ser transparentes e adequadas, sem gerar restrições injustificadas ou arbitrárias.

Em vez de um enfoque único para lidar com os impactos ambientais, é fundamental reconhecer a pluralidade de soluções disponíveis. A atividade agropecuária, em particular, apresenta características, sistemas produtivos e condições ambientais que variam significativamente entre países e regiões, o que reforça a necessidade de abordagens flexíveis, alinhadas à natureza nacionalmente determinada do Acordo de Paris.

Alcançar os objetivos climáticos depende da adoção de tecnologias inovadoras, políticas públicas habilitadoras e financiamento em escala proporcional aos desafios. Impor exigências comerciais sem o devido suporte de implementação apenas amplia assimetrias internacionais e restringe a participação dos países em desenvolvimento, sem gerar avanço real para a ação climática.

Diante do potencial do comércio internacional como alavanca para o desenvolvimento sustentável, a Abag destaca os seguintes elementos como prioritários:

- Dar continuidade e aprofundar as discussões sobre comércio e clima no âmbito da UNFCCC, promovendo maior coerência regulatória;
- Promover a interoperabilidade entre medidas comerciais relacionadas ao clima, reduzindo custos de conformidade e evitando novas barreiras ao comércio;
- Desenvolver mecanismos de equivalência e reconhecimento mútuo, capazes de reconhecer diferentes políticas e estratégias de descarbonização, considerando as circunstâncias, capacidades e desafios de cada país;
- Avançar no desenvolvimento de critérios e metodologias harmonizados para avaliação do ciclo de vida, garantindo maior transparência e comparabilidade entre produtos e sistemas produtivos;
- Reconhecer a diversidade de ações climáticas em agricultura e segurança alimentar, considerando suas diferentes contribuições para mitigação, adaptação, resiliência e geração de co-benefícios;
- Coibir medidas que representem barreiras disfarçadas ao comércio, preservando um sistema internacional aberto e baseado em regras.

## 5. Agenda de ação

No âmbito da Parceria de Marrakesh, busca-se ampliar a visibilidade das ações de atores não estatais – empresas, governos subnacionais, sociedade civil, instituições financeiras, entre outros. A Agenda de Ação funciona como espaço de aceleração de iniciativas concretas, conectando esforços de mitigação, adaptação e financiamento e ampliando a cooperação e o alcance das soluções climáticas.

Em Belém, a presidência da COP30 propôs sua reestruturação, alinhando compromissos voluntários ao que já havia sido acordado em conferências anteriores, com foco nos resultados do primeiro Global Stocktake. O novo formato é organizado em seis eixos temáticos:

i. Transição energética, industrial e dos transportes;
ii. Gestão sustentável de florestas, oceanos e biodiversidade;
iii. Transformação da agricultura e sistemas alimentares;
iv. Construção de resiliência em cidades e infraestrutura;
v. Promoção do desenvolvimento econômico e social;
vi. Facilitação de aceleradores transversais, como financiamento, tecnologia e capacitação.

Esses eixos se desdobram em trinta objetivos-chave, entre eles, triplicar as energias renováveis, se afastar dos combustíveis fósseis de forma justa e ordenada, recuperar terras degradadas e ampliar a agricultura sustentável.

Iniciativas lançadas na COP30, como o Belém 4x e a RAIZ, demonstram, na prática, como os resultados do balanço global podem ser traduzidos em ações concretas, complementando o processo formal da UNFCCC por meio da cooperação entre governos e uma ampla rede de atores.

O Compromisso de Belém pelos Combustíveis Sustentáveis (Belém 4x) propõe quadruplicar o uso de combustíveis sustentáveis até 2035, em relação aos níveis de 2024, considerando diferentes pontos de partida e circunstâncias nacionais.

O objetivo é reduzir o uso de combustíveis fósseis por meio de alternativas como biogases, biocombustíveis, hidrogênio e combustíveis sintéticos. Até o momento, 31 países apoiaram o compromisso, que recebeu forte adesão do setor produtivo.[4]

Alcançar essa meta dependerá, no entanto, da combinação entre políticas domésticas, cooperação internacional e expansão das tecnologias disponíveis. Os combustíveis drop-in devem ocupar papel central no curto e médio prazo, reduzindo emissões de GEE e garantindo segurança energética, fator que ganha relevância em tempos de instabilidade geopolítica.

Já a RAIZ (Resilient Agriculture Investment for net-Zero land degradation) busca mobilizar recursos financeiros (públicos e privados) e direcioná-los de forma eficiente para a restauração em larga escala de áreas agrícolas degradadas.[5] Com isso, a iniciativa contribui simultaneamente para o combate à mudança do clima, o fortalecimento da segurança alimentar e a proteção da biodiversidade.

Na prática, a RAIZ oferecerá assistência técnica aos países participantes em frentes como: mapeamento de áreas degradadas com maior potencial produtivo; identificação e estimativa de custos de programas de restauração; desenho de mecanismos de coinvestimento; e fomento à colaboração e à troca de conhecimento sobre restauração. A iniciativa já conta com nove signatários, incluindo Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido.

A agropecuária brasileira pode contribuir simultaneamente para ambas as iniciativas, unindo esforços de restauração de áreas degradadas ao cultivo de biomassa para biocombustíveis, o que melhora a saúde do solo e aumenta os estoques de carbono nos ecossistemas agrícolas.

Vale frisar que a presidência turca da COP31 aderiu aos eixos introduzidos pelo Brasil, garantindo continuidade à visão de cinco anos da agenda de ação e reforçando essa nova fase de ação climática, centrada na implementação.

Em linha com os resultados da COP30, a nova presidência estabeleceu dez áreas prioritárias, entre elas a transição para energia limpa, com a meta de elevar a participação da eletricidade no consumo final de energia para 35% até 2035, e a garantia da segurança alimentar.[6]

A Turquoise Nexus Initiative (TNI) se destaca na agenda de ação da COP31 ao conectar três pilares centrais: agricultura, segurança alimentar e gestão de recursos hídricos. Seu objetivo é incorporar o nexo alimento-água-clima em políticas públicas nacionais, disseminar o conhecimento sobre escassez hídrica e estruturar um portfólio de projetos que una resiliência climática, viabilidade financeira e acesso a financiamentos.

---

[4] MRE. Compromisso de Belém pelos Combustíveis Sustentáveis (Belém 4x). Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/energia/compromisso-de-belem-pelos-combustiveis-sustentaveis-belem-4x

[5] FAO. Food and Agriculture for Sustainable Transition (FAST) Partnership: RAIZ. Disponível em: https://www.fao.org/food-agriculture-sustainable-transformation-partnership/flagship-programmes/raiz/call-to-action/en

[6] UNFCCC. COP31 presidency announces new targets on global electrification, cutting wast and resilience cities. Disponível em: https://unfccc.int/news/cop31-presidency-announces-new-targets-on-global-electrification-cutting-waste-resilient-cities

É relevante ressaltar que a agenda de ação reúne compromissos voluntários que os países podem adotar ou não. Como trilha de implementação, o mecanismo oferece um leque diverso de opções para a descarbonização, o que torna razoável esperar que as circunstâncias nacionais sejam devidamente consideradas.

Não existe solução única para se afastar dos combustíveis fósseis, e sim uma ampla variedade de soluções tecnológicas, orientadas pela lógica da complementariedade. Os biocombustíveis devem coexistir com outras alternativas de baixo carbono, permitindo aproveitar as vantagens de cada tecnologia para acelerar a descarbonização.

Da mesma forma, alcançar uma agricultura sustentável e contribuir para a segurança alimentar exige múltiplos esforços, cada qual adaptado à realidade do país. Diversas estratégias podem e devem ser adotadas para lidar com a variabilidade climática, contribuindo tanto para a adaptação quanto para a mitigação.

A Abag reconhece o potencial da agenda de ação como alavanca de projetos que alcancem resultados de mitigação e adaptação. Ao lado de uma ampla gama de atores, o setor privado cumpre papel fundamental como vetor de soluções para a transição da economia, aliada ao desenvolvimento sustentável.

## 6. Mercado de carbono como catalisador de resultados de mitigação

Transformar a agropecuária em um setor cada vez mais sustentável, resiliente e competitivo depende de sua inclusão plena nas estratégias de financiamento climático. A provável ultrapassagem do limite de 1,5 °C torna urgente acelerar a redução de emissões e ampliar as remoções de carbono, evitando impactos severos sobre a segurança alimentar, mas o acesso a recursos segue sendo o principal obstáculo.

Alcançar esse objetivo exigirá combinar diferentes estratégias: fontes públicas, privadas, bilaterais, multilaterais e mecanismos inovadores *como blended finance, thematic bonds* e precificação de carbono. A diversificação das fontes de financiamento já é reconhecida como condição central para viabilizar essa implementação.

Com a intensificação da agenda climática global, cresce a demanda por mecanismos de compensação de emissões e soluções de carbono. Nesse cenário, os créditos de carbono assumem papel estratégico como instrumentos capazes de viabilizar financeiramente atividades de redução e remoção de GEE, especialmente em setores com elevado potencial de mitigação, como a agropecuária.

A participação brasileira nos mercados de carbono nacional e internacional representa oportunidade estratégica para o país, atraindo investimentos para práticas agrícolas sustentáveis e ampliando a competitividade de cadeias produtivas de baixo carbono

A adoção de sistemas integrados, a recuperação de áreas degradadas, a implementação de tecnologias, a expansão dos biocombustíveis e a conservação de vegetação nativa são exemplos de práticas que não apenas reduzem emissões e capturam carbono, mas também podem gerar créditos de carbono.

Além dos mercados de carbono nacional e voluntário, os mecanismos do Artigo 6 do Acordo de Paris ganham papel de destaque. Ao reconhecer a cooperação voluntária como caminho legítimo para o alcance das metas climáticas, o Artigo 6 cria as bases para viabilizar projetos que, sem incentivo financeiro, não se realizariam.

Enquanto o Artigo 6.4 estabelece um mercado centralizado – o Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris (PACM) –, o Artigo 6.2 permite a negociação direta e bilateral de resultados de mitigação (ITMOs) entre países, com maior flexibilidade na definição de metodologias e na precificação dos créditos.

Além de gerar resultados de mitigação, esses instrumentos estimulam a adoção de práticas e tecnologias sustentáveis e fortalecem capacidades nacionais, conciliando ganhos climáticos imediatos com uma trajetória de descarbonização no longo prazo.

Ainda que as negociações do Artigo 6 estejam suspensas até 2028, a Abag avalia que o Brasil deve assumir posição de destaque nesse debate, valorizando soluções baseadas na natureza e remoções de carbono na agropecuária. Para isso, serão necessários avanços regulatórios e metodológicos tanto no âmbito doméstico quanto internacional.

A agropecuária é um dos setores mais fortemente afetados pelas mudanças climáticas provenientes do aquecimento global. Seu desempenho produtivo é bastante influenciado pelas condições climáticas e pela ocorrência de eventos extremos, cujos impactos já vêm sendo sentidos pelos agricultores.

Ainda assim, o setor tem potencial para reduzir emissões, sequestrar carbono e aumentar a biodiversidade por meio de ações que protejam a agricultura, tornando-a mais resiliente e sustentável. Esses esforços contribuem, simultaneamente, para o cumprimento dos compromissos ambientais e para a garantia da segurança alimentar.

Para que essas transformações ocorram, são necessários incentivos e estrutura de financiamento adequados. Ao valorar ativos ambientais, como a floresta em pé, os serviços ecossistêmicos e o manejo inteligente do solo, a agricultura identifica novas oportunidades de crescimento, agregando valor aos seus produtos e ao território.

Para o Brasil, o Artigo 6.2 representa via fundamental para a oferta de créditos internacionais, permitindo estruturar projetos de alta integridade socioambiental em conjunto com países compradores de ITMOs. A preparação regulatória e institucional será determinante para que créditos brasileiros acessem esse mercado de forma tempestiva e alinhada aos compromissos climáticos nacionais.

Definir critérios para autorização de ITMOs, estabelecer um arranjo institucional robusto para a emissão de cartas de autorização e reconhecer metodologias agropecuárias no Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) são fatores essenciais para garantir a participação do país nesse mercado.

No âmbito do Artigo 6.4, é fundamental adotar metodologias que contemplem diferentes setores, evitando restringir o acesso de projetos com elevado potencial climático. Aprovar metodologias voltadas ao setor agropecuário pode estimular o financiamento e ampliar projetos capazes de gerar resultados concretos de mitigação.

Internamente, é fundamental garantir a integração entre o SBCE e o Artigo 6 do Acordo de Paris, destravando o acesso de créditos de carbono brasileiros ao mercado internacional. Para isso, é fundamental que o setor agropecuário esteja contemplado nas metodologias credenciadas pelo Órgão Gestor do SBCE, garantindo que suas reduções e remoções de emissões possam ser efetivamente negociadas no mercado internacional.

O reconhecimento internacional dos créditos brasileiros depende de resultados concretos, sustentados por regulamentações íntegras, evidências técnicas sobre potencial de mitigação e sistemas de registro robustos. Esses esforços representam passo decisivo para atrair investimentos, consolidar a reputação do país e fomentar o crescimento desse mercado em múltiplas frentes.

Para a Abag, o potencial dos créditos de carbono do agronegócio precisa ser aproveitado, combinando geração de receita, atração de investimentos, fortalecimento da agricultura de baixa emissão de carbono e preservação da capacidade do país de cumprir suas metas climáticas.

## Agrizone e o papel da inovação na agenda climática

A COP30 trouxe uma conquista que vai além das negociações diplomáticas: uma vitrine do agro.

Realizada às margens da conferência, a Agrizone ampliou a visibilidade de tecnologias, soluções e boas práticas voltadas a uma agropecuária de menor emissão de carbono e maior resiliência à mudança do clima, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade dos sistemas de produção.

Liderada pela Embrapa e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, a iniciativa transmitiu uma mensagem clara: o futuro da agricultura depende da união entre ciência, inovação e sustentabilidade.

Com isso, foi possível compartilhar boas práticas com outros países e pesquisadores, incentivando a adoção dessas tecnologias e reafirmando a ciência como fator determinante no combate à mudança do clima.

O espaço reuniu exemplos concretos de uma agricultura voltada à redução de emissões, à regeneração de ecossistemas e ao fortalecimento da economia – de modelos de integração-lavoura-pecuária-floresta a práticas de agroecologia, manejo do solo e restauração florestal.

Temas como biocombustíveis, segurança alimentar, transição energética, agricultura regenerativa e instrumentos capazes de unir conservação, produtividade e geração de valor no campo também estiveram em pauta, consolidando o Brasil como referência.

Em suma, a Agrizone reafirmou a importância do agronegócio na agenda climática, com papel ativo na redução de emissões e na geração de sumidouros. Longe de ser só parte do problema, o setor é parte da solução.

Para a Abag, estimular a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias é fundamental para impulsionar a agricultura de baixo carbono diante de eventos climáticos extremos, contribuindo tanto para a segurança alimentar quanto para o desenvolvimento sustentável.

Destacamos, ainda, a relevância de conectar a ciência à prática e às pessoas. Esse é o caminho para avançar rumo a uma agricultura mais sustentável, capaz de conciliar produtividade e conservação.

No Brasil, o investimento em ciência foi determinante para uma melhoria significativa na produtividade, sobretudo por meio do avanço tecnológico no campo e na indústria, agricultura de precisão, de sementes mais eficientes e do melhor manejo das lavouras. Como resultado, a produção de alimentos cresceu, contribuindo para a segurança alimentar global.

Alcançar uma agricultura sustentável, capaz de produzir alimentos, energia e saúde, é uma prioridade compartilhada por outros países. Espera-se que a experiência brasileira sirva de exemplo para outras conferências, evidenciando as tecnologias já em uso e o potencial do setor no combate à mudança do clima.